

SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Prefácio – LUÍS GRECO.....	13
Abreviaturas.....	15
Introdução	23

Capítulo 1

O protagonismo da jurisprudência na disseminação da cegueira deliberada no Brasil

1.1 O julgamento do caso do furto à sede do Banco Central em Fortaleza	29
1.1.1 O assalto ao Banco Central	29
1.1.2 A primeira decisão que aplicou a cegueira deliberada no Brasil	31
1.2 O legado jurisprudencial da cegueira deliberada no Brasil.....	43
1.2.1 Concepção prática de cegueira deliberada de acordo com a jurisprudência	43
1.2.2 Primeiras considerações críticas a respeito da cegueira deliberada	55
1.3 Horizonte de pesquisa	58
1.3.1 Conclusões preliminares	58
1.3.2 Argumentos propositivos	62

Capítulo 2

A cegueira deliberada no sistema jurídico-penal dos Estados Unidos da América

2.1	Breves apontamentos sobre o sistema jurídico-penal dos Estados Unidos	65
2.1.1	<i>Mens rea</i> e <i>culpability</i> no Código Penal Modelo e na legislação federal americana	65
2.1.2	O elemento <i>knowledge</i> na matriz jurídica americana	78
2.2	A origem da cegueira deliberada na Inglaterra e seu desenvolvimento nos Estados Unidos da América.....	86
2.2.1	Antecedentes históricos: R. v. Sleep (1861) e Spurr v. United States (1899).....	86
2.2.2	Desenvolvimento das instruções de avestruz na jurisprudência dos tribunais federais dos Estados Unidos: United States v. Jewell (1976) e além.....	94
2.2.3	O estado da arte das instruções de cegueira deliberada no trial by jury americano	108
2.3	Aproximação da cegueira deliberada no direito penal americano ao direito penal brasileiro: uma comparação possível? ...	119
2.3.1	Análise de situações características de cegueira deliberada sob o olhar do direito brasileiro.....	119
2.3.2	Conclusões parciais: divergência do papel desempenhado pela cegueira deliberada no sistema jurídico-penal americano do papel a ser desempenhado no Brasil.....	123

Capítulo 3

Desbravando a fronteira entre o dolo eventual e a cegueira deliberada

3.1	O dolo no direito penal brasileiro.....	133
3.1.1	A concepção de dolo no direito positivo.....	133
3.1.2	O conhecimento no direito penal brasileiro	140

3.1.3 Encontros e desencontros entre conhecimento e <i>knowledge</i>	148
3.2 A (im)possibilidade de um conceito brasileiro de cegueira deliberada	153
3.2.1 Ausência de identidade entre cegueira deliberada e dolo eventual	153
3.2.2 Inexistência de lacunas de punibilidade a serem colmatadas pela cegueira deliberada.....	165
3.2.2.1 Análise dos casos encontrados na doutrina	165
3.2.2.2 Análise dos casos encontrados na jurisprudência.....	174
3.2.3 As funções latentes da cegueira deliberada em sua aplicação jurisprudencial.....	187
Considerações finais	193
Bibliografia.....	199
Apêndice.....	211